

EDITAL SISTEMATIZADO – ANALISTA JUDICIÁRIO-OFICIAL DE JUSTIÇA – TJ/AL – 2017

CONHECIMENTOS BÁSICOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
LÍNGUA PORTUGUESA: Observação: os itens deste programa serão considerados sob o ponto de vista textual, ou seja, deverão ser estudados sob o ponto de vista de sua participação na estruturação significativa dos textos.				
01. Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna.				
02. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos; emprego de tempos e modos dos verbos em português.				
03. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e verbos. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação; concordância nominal e verbal; transitividade e regência de nomes e verbos; padrões gerais de colocação pronominal no português; mecanismos de coesão textual.				
04. Ortografia.				
05. Acentuação gráfica.				
06. Emprego do sinal indicativo de crase.				
07. Pontuação.				
08. Estilística: figuras de linguagem.				
09. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo; variação linguística: norma culta.				

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:				
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO ESTADO DE ALAGOAS: Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas (Lei Estadual nº 6.564/2005), e suas alterações posteriores. Plano de cargos, carreiras e salários dos servidores do poder judiciário do Estado de Alagoas (Lei Estadual nº 7.889/2017), e suas alterações posteriores. Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas (Lei Estadual nº 5.247/1991). Constituição do Estado de Alagoas - Título I; Título II, Título III - Capítulo III – Do Poder Judiciário e Capítulo IV – Das funções essenciais da justiça; Título V - Capítulo VI - Da Família, da Criança, do Adolescente, do Idoso e do Portador de Deficiência.				

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
01. Conceito, objeto, fontes.				
02. Regime jurídico-administrativo, princípios.				
03. Administração Pública: conceito, classificação, princípios, descentralização e desconcentração, Administração Direta e Indireta, entidades do Terceiro Setor.				
04. Órgão público: conceito, classificação, competências públicas.				
05. Servidor Público: cargo, formas de provimento, funções, atribuições, concurso público, acumulação, estabilidade, aposentadoria, sistema constitucional de remuneração, responsabilidade.				

06. Atos administrativos: conceitos, requisitos, elementos, pressupostos, atributos, classificação, cassação, revogação, anulação e convalidação. 6.1. Vinculação e discricionariedade, ato administrativo nulo e anulável.				
07. Processo administrativo: Lei Federal nº 9.784/99.				
08. Poderes da Administração Pública: poder disciplinar, poder de polícia, polícia judiciária e polícia administrativa.				
09. Principais setores de atuação da polícia administrativa. Serviços públicos: conceito, concessão, permissão, autorização e delegação.				
10. Licitação (Lei nº 8.666/93: conceito, natureza jurídica, princípios, modalidades, procedimento, dispensa e inexigibilidade 10.1. Pregão: Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 5.450/2005.				
11. Contratos administrativos: conceito, equilíbrio econômico-financeiro, convênios e consórcios.				
12. Bens públicos: conceito, classificação, regime jurídico, uso comum, especial e privativo.				
13. Responsabilidade civil do Estado.				
14. Controle da Administração Pública.				
15. Improbidade Administrativa.				
16. Resolução CNJ nº 230, de 22 de junho de 2016				
17. Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015.				

DIREITO CONSTITUCIONAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
01. Constituição: Conceito, objeto, elementos e classificações; supremacia da Constituição; aplicabilidade das normas constitucionais. 01.1. Interpretação constitucional. 01.2. Poder Constituinte: originário e derivado.				
02. Princípios fundamentais.				
03. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos; partidos políticos.				
04. Organização do Estado: organização político-administrativa: União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal; Territórios; intervenção.				
05. Administração Pública: disposições gerais; servidores públicos; militares dos estados, do Distrito Federal e dos Territórios.				
06. Organização dos Poderes no Estado: Poder Legislativo: estrutura, funcionamento e competências; Comissões Parlamentares de Inquérito; Tribunal de Contas do Estado: composição e competência. Processo legislativo; Poder Executivo: Presidente da República: atribuições, prerrogativas e responsabilidades; Ministros de Estado; Conselho da República e de Defesa Nacional. Poder Judiciário: disposições gerais; órgãos do Poder Judiciário: organização e competências; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); funções essenciais à justiça: Súmula Vinculante; Ministério Público: princípios, garantias, vedações, organização e competências; Advocacia Pública: Advocacia e Defensoria Pública.				
07. Controle de constitucionalidade: sistemas gerais e sistema brasileiro; Controle incidental ou concreto; Controle abstrato de constitucionalidade; Ação Declaratória de Constitucionalidade; Ação Direta de Inconstitucionalidade; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental; Ação Direta de				

Inconstitucionalidade por omissão; Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva; controle de constitucionalidade pelos tribunais de justiça.				
08. Defesa do Estado e das instituições democráticas.				
09. Ordem social.				

DIREITO CIVIL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
01. Lei de introdução às normas do Direito brasileiro.				
02. Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis.				
03. Conflito das leis no tempo. Eficácia da lei no espaço.				
04. Pessoas naturais. Existência. Personalidade. Capacidade. Nome. Estado. Domicílio. Direitos da personalidade.				
05. Pessoas jurídicas. Disposições gerais. Domicílio. Associações e fundações.				
06. Bens públicos.				
07. Prescrição: disposições gerais.				
08. Decadência.				

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
01. Teoria geral do processo. Normas processuais civis.				
02. Direitos processuais fundamentais.				
03. Disposições finais e transitórias do CPC/2015.				
04. Política de tratamento adequado de conflitos jurídicos.				
05. Negociação, mediação, conciliação.				
06. Equivalentes jurisdicionais.				
07. Teoria dos fatos jurídicos processuais.				
08. Função jurisdicional.				
09. Teoria e direito da ação.				
10. Pressupostos processuais.				
11. Competência.				
12. Sujeitos do processo.				
13. Deveres e responsabilidade por dano processual.				
14. Despesas processuais e honorários advocatícios.				
15. Gratuidade de justiça.				
16. Litisconsórcio.				
17. Intervenção de terceiros. Intervenções anômalas.				

18. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.				
19. Amicus Curiae.				
20. Juiz. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.				
21. Impedimentos e suspeição.				
22. Auxiliares da justiça.				
23. Funções essenciais à Justiça.				
24. Atos processuais.				
25. Processo eletrônico.				
26. Tempo e lugar dos atos processuais				
27. Prazos.				
28. Comunicações. Citação. Cartas. Intimações. Nulidades. Preclusão. Cognição.				
29. Tutela Provisória. 29.1. Tutela provisória contra a Fazenda Pública.				
30. Formação, suspensão do processo e extinção do processo.				
31. Alienação da coisa ou do direito litigioso.				
32. Modelos de organização processual.				
33. Processo e procedimento. 33.1. Procedimentos comum e especiais.				
34. Petição inicial. Requisitos. Pedido. Valor da causa.				
35. Improcedência liminar.				

36. Ampliação, redução e alteração da demanda.				
37. Audiência de conciliação ou de mediação.				
38. Teoria da exceção.				
39. Respostas do réu.				
40. Providências preliminares.				
41. Revelia.				
42. Fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. Fatos supervenientes.				
43. Alegações do réu.				
44. Julgamento conforme o estado do processo.				
45. Extinção do processo.				
46. Julgamento antecipado do mérito, total e parcial.				
47. Saneamento e organização do processo.				
48. Provas. Teoria geral do direito probatório. Provas em espécie.				
49. Decisão judicial. Precedentes judiciais. Coisa julgada.				
50. Ordem dos processos nos Tribunais. Remessa necessária.				
51. Teoria geral dos recursos e recursos em espécie.				
52. Ações de competência originária dos Tribunais. Ação rescisória. Ação de nulidade/inexistência da sentença. Reclamação. Incidentes de competência originária dos Tribunais.				
53. Microsistema de julgamento de casos repetitivos. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente de assunção de				

competência. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Suspensão de decisão judicial.				
54. Execução. Teoria geral da execução. Tutela jurisdicional executiva. Demanda executiva. Liquidação. Título executivo. Responsabilidade patrimonial. Fraudes na execução. Diversas espécies de execução. Defesas na execução. Penhora, depósito e avaliação. Expropriação e satisfação. Suspensão e extinção da execução.				
55. Procedimentos especiais do CPC.				
56. Procedimentos de jurisdição voluntária.				
57. Procedimentos especiais em legislação extravagante.				
58. Mandado de segurança, habeas corpus, habeas data, mandado de injunção, ação civil pública. Lei nº 8.078/90. Estatuto da Criança e do Adolescente. Execução Fiscal. Estatuto da Igualdade Racial. Estatuto do Idoso.				
59. Processo coletivo. Microsistema processual coletivo. Situações jurídicas coletivas. Normas fundamentais. Aspectos procedimentais específicos. Decisão estrutural. Coisa julgada. Liquidação e execução. Processo coletivo passivo.				

DIREITO PENAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	RI	LEI	RII
01. Aplicação da lei penal – Princípios da legalidade e da anterioridade.				
02. Analogia.				
03. Conflito aparente de normas penais.				

04. A lei penal no tempo e no espaço.				
05. Tempo e lugar do crime.				
06. Lei penal excepcional, especial e temporária.				
07. Conceito de crime.				
08. Tipicidade.				
09. Nexo de causalidade.				
10. Tentativa, desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior.				
11. Crime impossível.				
12. Elementos subjetivos do tipo – dolo e culpa.				
13. Antijuridicidade e causas de exclusão da ilicitude.				
14. Culpabilidade e seus elementos.				
15. Concurso de pessoas.				
16. Causas de extinção da punibilidade.				
17. Crimes contra a fé pública.				
18. Crimes contra a Administração Pública.				
19. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.				
20. Abuso de autoridade.				

DIREITO PROCESSUAL PENAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
01. Princípios processuais penais. 01.1. Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal.				
02. Do Processo em Geral.				
03. Aplicação e interpretação da lei processual penal.				
04. Do inquérito policial.				
05. Da Ação Penal.				
06. Denúncia e queixa.				
07. Ações penais públicas e privadas e suas características.				
08. Atos processuais – forma, lugar, tempo (prazos e respectiva contagem).				
09. Citações, notificações e intimações. Mandados.				
10. Competência – conceito, competência (por distribuição, conexão, continência, compensação, suspeição, prevenção – hipóteses de ocorrência).				
11. Foro por prerrogativa de função.				
12. Competência dos Tribunais Superiores.				
13. Questões e Processos Incidentes.				
14. Da Prova.				
15. Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado, do Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça.				

16. Impedimentos e suspeições.				
17. Prisões, medidas cautelares e liberdade provisória. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária (Lei nº 7.960/89).				
18. Despachos, decisões e sentença.				
19. Dos processos em espécie: procedimento comum, procedimento de processos de competência do Tribunal do Júri, procedimento previsto na Lei nº 11.340/06, procedimento previsto na Lei 9.099/95 e procedimento previsto na Lei nº 11.343/06.				
20. Processo e Julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.				
21. Das nulidades e recursos em geral.				
22. Ações autônomas.				
23. Habeas corpus – conceito, espécies, distribuição no horário de expediente e no plantão.				
24. Revisão criminal.				
25. Execução.				
26. Lei nº 12.850/13.				